



BAHIA

DIA DO VIGILANTE:

AUDIENCIA NA CÂMARA, HOJE, SEXTA, ÀS 10H DIA DO VIGILANTE TAMBÉM SERÁ LEI ESTADUAL



Duas boas notícias para a nossa luta por reconhecimento e valorização:

1- A Câmara de Vereadores de Salvador realiza nesta sexta-feira, dia 09 de julho, às 10h, através de canais digitais (ver a seguir), a

SESSÃO ESPECIAL DO DIA MUNICIPAL E NACIONAL DO VIGILANTE.

A sessão já faz parte do calendário de luta da categoria e neste momento de:

- mortes de muitos vigilantes por covid;
- da luta contra os patrões que negam o reajuste salarial;
- da defesa do emprego.

A sessão especial tem um significado muito maior para a nossa luta.

Todos os vigilantes podem acompanhar através dos seguintes canais:

- **facebook.com/tveradiocam**
- **canal 12.3 da TV aberta**

Não esqueça:

SEXTA, DIA 09/7 – ÀS 10H

**SESSÃO ESPECIAL DO DIA DO VIGILANTE
CÂMARA DE VEREADORES DE SALVADOR**

2- ALBA APROVA PL DO DIA ESTADUAL DO VIGILANTE, QUE AGUARDA A SANÇÃO DO GOVERNADOR

O Gabinete da Deputada Estadual Maria Del Carmem (PT) comunicou hoje (08) ao Sindicato a aprovação do Projeto de Lei – PL nº 20.031/2012, de autoria da mencionada parlamentar, que institui, no âmbito do Estado da Bahia, o Dia 20 de junho como DIA ESTADUAL DO VIGILANTE.

O 20 de junho já é lei municipal em Salvador e Nacional. Agora depende somente do Governador Rui Costa para transformar-se em lei estadual.

Mais um passo na luta da categoria por reconhecimento e valorização.

É luta.

É conquista!

SINDVIGILANTES/BA

Após 196 demissões, Justiça proíbe empresa de dispensar vigilantes no grupo de risco para Covid no DF

Decisão é liminar, resultado de uma ação movida pelo Ministério Público do Trabalho. Empresa afirma que maioria dos órgãos públicos para os quais presta serviço impediu atuação de pessoas nesse grupo



Fachada do Ministério Público do Trabalho no DF (MPT-DF) — Foto: Messias Carvalho/MPT-10

A Justiça do Trabalho do Distrito Federal proibiu a empresa Brasfort, que presta serviços de vigilância, de demitir funcionários por estarem no grupo de risco para a Covid-19. A decisão é resultado de uma ação do Ministério Público do Trabalho do DF (MPT-DF), que processou a companhia após a demissão de 196 trabalhadores pelo mesmo motivo.

Além de proibir novas dispensas, a juíza Adriana Zveiter determinou o pagamento de 20% da multa fundiária e aviso prévio para todos os empregados que fizeram acordo individual para deixar o emprego. A decisão é liminar e cabe recurso.

No processo, a Brasfort disse que presta serviços, em maioria, para órgãos públicos. E que foram os contratantes que proibiram a atuação dos vigilantes em grupos de risco durante a pandemia. Segundo a empresa, foi necessária a readequação do quadro de pessoal à “nova realidade” e se “tornou inviável a manutenção deste enorme custo financeiro”.

De acordo com a ação do MPT, ao todo, 143 vigilantes foram demitidos, sob alegação de “força maior”. Outros 53 firmaram acordos individuais com a empresa para deixar os postos de trabalho. Todos eram integrantes do grupo de risco para Covid.

Em apenas um contrato, fechado com a Secretaria de Economia do Distrito Federal, foram demitidos 111 vigilantes. Questionado pelo Ministério Público, o órgão disse que “tomou precauções no sentido de proteger o emprego e a renda dos trabalhadores das empresas terceirizadas do Distrito Federal, adotando a premissa de sobrestar qualquer aplicação de glosa relativa ao afastamento de trabalhadores do grupo de risco decorrente da Covid-19”.

Para a procuradora Paula de Ávila e Silva Porto Nunes, houve “flagrante demissão discriminatória”, “na medida em que foram

desligados empregados integrantes do grupo de risco para a COVID-19, que deveriam ficar afastados das atividades laborais presenciais durante a pandemia –, fato este que também enseja indenização por dano moral coletivo”.

O mérito do processo ainda será analisado pela Justiça. Além dos pedidos concedidos em liminar, o MPT também quer a reintegração dos empregados demitidos ou a indenização em dobro pelo período de afastamento, e a anulação dos acordos individuais firmados.

Fonte: G1

Nova empresa assume vigilância de 183 escolas no DF. Ex-contratada aciona Justiça

A Secretaria de Educação fechou contrato emergencial com a GI Empresa de Segurança. A Confederal prestou o serviço nos últimos seis anos



Isadora Teixeira

O recente contrato emergencial firmado para a vigilância de 183 escolas públicas do Distrito Federal virou alvo de uma disputa comercial que acabou na Justiça. No valor de R\$ 34,1 milhões e com duração de seis meses, ele foi assinado na semana passada.

A Confederal, empresa que prestou o serviço nos últimos seis anos, entrou com uma mandado de segurança com o objetivo suspender a contratação da concorrente e retomar a função. Ela apontou irregularidades na dispensa de licitação que consagrou a GI Empresa de Segurança como vencedora.

A ex-prestadora do serviço, que ficou em último lugar na apresentação das propostas, alegou ter havido ilegalidade na cotação do vale-alimentação e do vale-transporte. Também disse que foram descumpridas exigências do edital, porque a concorrente “não cotou o seguro de vida e não apresentou os atestados de capacidade corretos”.

Na noite de terça-feira (6/7), a 6ª Vara da Fazenda Pública do DF indeferiu o pedido de liminar da Confederal e manteve válido o contrato da Secretaria de Educação com a GI.

Na avaliação preliminar da juíza Sandra Cristina Candeira de Lira, não há qualquer ilegalidade na contratação. A magistrada pontuou que a cotação do vale-alimentação e do vale-transporte atende ao projeto básico, segundo a Secretaria de Educação, e que o contrato prevê que o custo do seguro de vida não entrará na contraprestação do governo.

“Ademais, a impetrante ficou em último lugar no processo seletivo, por ter apresentado o maior preço. Ora, o fato de ter contrato anterior com a administração pública que vigeu até 30/06/2021, por si só, não caracteriza a existência de direito líquido e certo que autorize a sua manutenção na prestação dos serviços, por eventual ilegalidade no contrato”, escreveu a juíza.

O valor total do negócio era estimado pela Secretaria de Educação em R\$ 35,4 milhões. A GI Empresa de Segurança ofereceu R\$ 34,1 milhões; a Transporter Segurança e Transporte de Valores, R\$ 34,3 milhões; e a Essencial Sistema de Segurança apresentou oferta de R\$ 35 milhões. Já a Confederal fez uma proposta de R\$ 35,3 milhões.

A Secretaria de Educação precisou fazer uma contratação emergencial porque o pregão eletrônico para a contratação regular de vigilância armada foi suspenso pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF), no dia 31 de maio.

A área técnica da Corte de Contas entendeu que o percentual para os encargos sociais, na estimativa de preços, infla injustificadamente o valor da licitação, originalmente fixado em R\$

272,2 milhões. O percentual estava em 85,96%, acima do considerado ideal pelo TCDF, de 72,91%.

O TCDF determinou que a Secretaria de Educação fizesse a correção e explicasse por qual motivo o percentual para os encargos sociais foi fixado em 85,96%. Segundo a Corte de Contas, a pasta já deu retorno ao órgão, no dia 15 de junho. A resposta da Secretaria de Educação está sob análise do TCDF.

Vigilantes

A GI assumiu o serviço no último dia 1º de julho. Com a troca da empresa, a nova terceirizada responsável pela vigilância de quase 200 escolas públicas da capital federal teve que contratar os vigilantes da Confederal que já prestavam o trabalho. São mais de 700 pessoas.

Apesar de as aulas presenciais na rede pública estarem suspensas desde o ano passado, as unidades de ensino continuam abertas para os profissionais e atendimento da população. A previsão é de que as atividades presenciais sejam retomadas em 2 de agosto, de forma híbrida.

A coluna Grande Angular apurou que alguns dos vigilantes trabalharam pelo menos um dia sem farda e cassetete, itens previstos no edital de contratação. Em conversa de forma anônima com a reportagem, alguns dos trabalhadores confirmaram que o uniforme e a arma não letal demoraram um dia para chegar.

Porém, os vigilantes afirmaram que é comum esse tipo de demora, pois a nova empresa precisa confirmar as informações quanto à numeração de vestimenta e dos calçados dos trabalhadores.

O diretor de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF), Gilmar Rodrigues, disse à coluna que a entidade acompanhou a dispensa de licitação e a equipe jurídica não encontrou irregularidades.

Rodrigues afirmou que o Sindesv-DF não recebeu nenhuma reclamação dos vigilantes sobre a nova prestadora de serviço e contratante. Questionado sobre a demora para entrega das fardas e dos cassetetes, ele disse que o GI teve oito horas desde a assinatura do contrato até o momento em que assumiu o trabalho.

O que dizem as partes

Em nota, a GI disse que as alegações da Confederal feitas à Justiça são “inverídicas, pois a proposta da empresa GI seguiu integralmente o modelo previsto no edital, que contém todos os custos previstos para execução do serviço, especialmente o vale-alimentação e do vale-transporte”. “Da mesma forma, a empresa GI apresentou e comprovou ter qualificação e experiência técnica superior ao exigido no edital”, afirmou.

“Uma comissão da Secretaria de Educação do DF (SEE-DF) e o próprio Poder Judiciário analisaram e constataram a exatidão da proposta e da documentação apresentada pela empresa GI. Destaca-se, por fim, que a empresa GI apresentou a proposta mais vantajosa para

a administração pública, garantindo uma economia ao erário. A proposta da empresa Confederal foi a mais cara para o GDF”, pontuou.

Sobre o dia em que os vigilantes ficaram sem uniforme e arma não letal, a GI disse que a

“O contrato regular venceu e a Secretaria de Educação teve que fazer um contrato emergencial porque o Tribunal de Contas do DF suspendeu a licitação regular. O contrato foi assinado às 16h do dia 30 de junho, e a empresa contratada assumiu o serviço à 0h do dia 1º de julho”, disse o sindicalista.

Confederal deixou de repassar o nome de todos os vigilantes e as respectivas informações pessoais. “Isso foi uma manobra para retardar e criar obstáculos

para a implantação do contrato pela empresa GI”, afirmou.

“Mesmo diante de todas essas dificuldades e sabotagens realizadas pela empresa Confederal com único objetivo de impedir a empresa GI de assumir o Contrato com SEE-DF, a GI conseguiu regularizar todas as pendências existentes e implantar os serviços contratados”, afirmou.

Por fim, o Grupo Interativa, composto pela Interativa Serviços e GI Segurança, disse que atua desde 2002 em todo o território nacional e possui 6 mil colaboradores.

À coluna a Confederal afirmou que “agora, só o tempo para responder se estávamos certos ou errados”.

A Secretaria de Educação não retornou o contato da reportagem até a publicação desta matéria. O espaço permanece aberto para eventuais manifestações.

Fonte: metropoles

IPCA: inflação fica em 0,53% em junho e atinge 8,35% em 12 meses

Apesar de taxa mensal ter desacelerado, inflação acumulada em 12 meses é a maior desde setembro de 2016. A vilã do mês foi novamente a energia elétrica, com alta de 1,95%.



Linhas de transmissão de energia na região de Brasília; a conta de luz teve o maior impacto individual na inflação do mês de junho. — Foto: REUTERS/Ueslei Marcelino

Puxado pela alta da energia elétrica, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a inflação oficial do país – ficou em 0,53% em junho, após ter registrado taxa de 0,83% em maio, conforme divulgou nesta quinta-feira (8) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

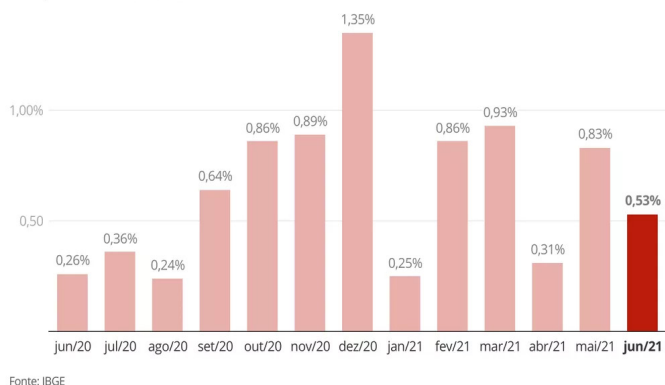
“Esse é o maior resultado para o mês desde junho de 2018 (1,26%). Com isso, o indicador acumula alta de 3,77% no ano e 8,35% nos últimos 12 meses”, informou o IBGE.

Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses fica ainda mais acima do teto da meta do governo para o ano – o centro da meta é de 3,75% em 2021, podendo variar entre 2,25% e 5,25%.

Segundo o IBGE, a taxa de 8,35% é a maior para o acumulado em 12 meses desde setembro de 2016 (8,48%).

IPCA - Inflação oficial mês a mês

Variação sobre o mês anterior



Fonte: IBGE

Inflação oficial foi a mais alta para um mês de junho desde 2018 — Foto: Economia/G1

O resultado veio um pouco abaixo das expectativas. A mediana das projeções de 38 instituições ouvidas pelo Valor Data era de alta de 0,59% no mês e de taxa de 8,41% em 12 meses.

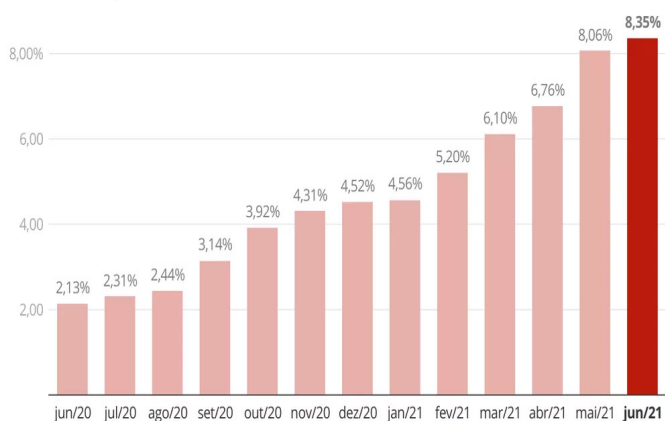
Veja o resultado para cada um dos grupos pesquisados

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 8 tiveram alta em junho. Veja abaixo:

- Alimentação e bebidas: 0,43%
- Habitação: 1,10%
- Artigos de residência: 1,09%
- Vestuário: 1,21%
- Transportes: 0,41%
- Saúde e cuidados pessoais: 0,51%
- Despesas pessoais: 0,29%
- Educação: 0,05%
- Comunicação: -0,12%

IPCA - Inflação oficial acumulada em 12 meses

Taxa do mês de junho de 2021 é a maior desde setembro de 2016



Fonte: IBGE

Indicador acumulado em 12 meses até junho é o maior registrado desde setembro de 2016 — Foto: Economia/G1

Energia elétrica foi novamente a vilã

O maior impacto na inflação de junho veio do grupo habitação (1,10%), principalmente, por causa da energia elétrica (1,95%).

Embora tenha desacelerado em relação ao mês anterior (5,37%), a conta de luz teve o maior impacto individual no índice do mês, respondendo por 0,09 ponto percentual do IPCA de junho. No acumulado em 12 meses, a alta da energia elétrica residencial é de 14,20%.

“A energia continuou subindo muito por conta da bandeira tarifária vermelha patamar 2, que passou a vigorar em junho e acrescenta R\$ 6,243 à conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Em maio, estava em vigor a bandeira vermelha patamar 1, cujo acréscimo é menor (R\$ 4,169)”, destacou o analista da pesquisa, André Filipe Guedes Almeida.

Vale lembrar que em julho, a cobrança extra da tarifa vermelha foi reajustada para R\$ 9,49 a cada 100 kWh consumidos, o que fará com que a energia elétrica continue pressionando a inflação..

Energia em alta: veja perguntas e respostas sobre o sistema de bandeiras e o peso na conta de luz

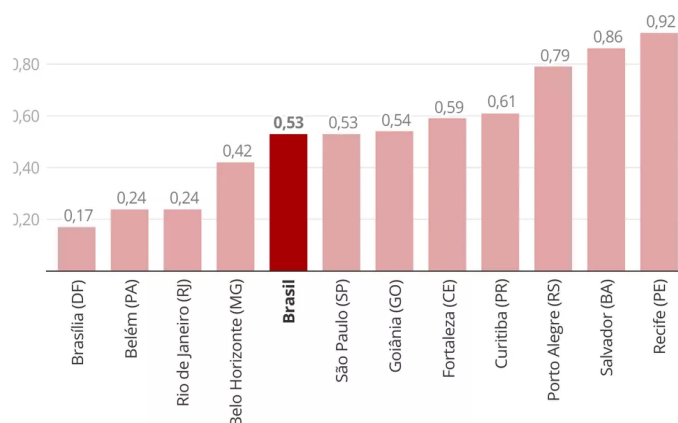
Combustíveis acumulam alta de 43,92% em 12 meses

No grupo dos transportes, os combustíveis subiram 0,87% e acumulam alta de 43,92% nos últimos 12 meses.

Mais uma vez, o maior impacto veio da gasolina, que subiu 0,69% em junho, depois de um aumento de 2,87% em maio. Os preços do etanol (2,14%) e do óleo diesel (1,10%) e do gás veicular (0,16%) também registraram alta.

“Essa desaceleração na energia elétrica e nos combustíveis, embora ainda tenham tido variação positiva, contribuíram para uma inflação menor em junho”, apontou Almeida.

IPCA: Inflação oficial para junho, por região



Apenas 4 das 11 regiões pesquisadas tiveram inflação abaixo da média nacional — Foto: Economia/G1

Carnes sobem pelo 5º mês seguido

No grupo Alimentação e bebidas, a alta de 0,43% ficou próxima à do mês anterior (0,44%). A alimentação no domicílio passou de 0,23% em maio para 0,33% em junho, principalmente por conta das carnes (1,32%), que subiram pelo quinto mês consecutivo e acumulam alta de 38,17% em 12 meses.

No lado das quedas no mês, os destaques foram a batata-inglesa (-15,38%), a cebola (-13,70%), o tomate (-9,35%) e as frutas (-2,69%).

Repercussão e perspectivas

A meta central do governo para a inflação em 2021 é de 3,75%, e o intervalo de tolerância varia de 2,25% a 5,25%. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de

juros da economia (Selic), que está atualmente em 4,25% ao ano.

A expectativa do mercado financeiro para a inflação de 2021 foi elevada na semana passada para 6,07%, segundo a pesquisa Focus do Banco

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Central. Com isso, a projeção dos analistas segue cada vez mais acima do teto do sistema de metas. Se confirmado o resultado, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, terá de redigir uma carta aberta explicando os motivos para o descumprimento da meta.

Já a expectativa para a taxa Selic no fim do ano segue em 6,50%, o que pressupõe que haverá novas altas nos próximos meses.

Para o economista da Necton, André Perfeito, o resultado de junho mostra que em parte alguns componentes da cesta do IPCA estão respondendo à atividade ainda fraca.

“O indicador veio bom e pode tirar certo peso das costas do Banco Central. No entanto a recente desvalorização do real pode jogar no sentido contrário”, afirma o economista, que projeta alta de 100 pontos base na próxima reunião do Copom.

Para 2022, o mercado financeiro estima uma inflação de 3,77%. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,5% e será oficialmente cumprida se oscilar de 2% a 5%.

INPC desacelera para 0,60% em junho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para reajustes salariais, desacelerou para 0,60% em junho, ficando abaixo do resultado de maio (0,96%). No ano, o indicador acumula alta de 3,95% e, em 12 meses, de 9,22%, acima dos 8,90% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Fonte: G1

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF